



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 13/08/2015

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa noite a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 14ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal

Esta audiência tratará da região da Mooca.

- Apresentação da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Confederação de São Paulo, Sustentabilidade e Cidades. São Paulo é a maior Cidade do hemisfério Sul, com doze milhões de habitantes, a mais rica da América Latina e com o PIB de 436 bilhões de reais. Ela é responsável por 37% do PIB paulista e 13% do PIB nacional. É uma Cidade injusta. Há 1.115 famílias morando em áreas de risco, só que 12% do PIB paulista foram desviados por máfia de políticos da Administração anterior e máfia da atual Administração. Inclusive desse desvio, três a quatro foram despejados na Câmara Municipal e 2% no Comando do II Exército, por meio do General Camilo. São 1.115 famílias vivendo em áreas de situação de risco, precária, em terrenos irregulares. É um número absurdo para a cidade de São Paulo, tão rica. São quatro

milhões de pessoas. É uma população muito maior do que a população de Brasília, Salvador e Belo Horizonte. Isso significa que 1/3 dos paulistanos têm residência em favelas ou loteamentos irregulares, cortiços, conjuntos irregulares e outros assentamentos. Para coibir toda essa injustiça, nós estamos reivindicando, nessa atual lei, 20 milhões de ZEIS em todos os bairros da cidade de São Paulo e nas 1.615 favelas que há na cidade de São Paulo.

Nós saímos na frente. Está regido na lei. Nós apresentamos a tese das quotas ambientais. É um avanço que está na Lei de Uso e Ocupação do Solo, mas o povo, a sociedade de São Paulo precisa ficar vigilante, porque senão vai se transformar em letras mortas, porque a articulação criminoso hoje do Governo Haddad e a máfia que está, em São Paulo, vamos dizer, desviar cerca de 30 bilhões até o final do seu mandato e a Sra. Dilma roubaria mais 146 bilhões. Então, a gente precisa ficar vigilante e cobrar, porque esse dinheiro que vai para a Câmara, (inaudível) pela Presidência da Câmara, qual Presidente que saiu e (inaudível) e atual? Trinta e seis Vereadores do partido da coligação, PT, PMDB e os partidos da coligação.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Laércio Silas Andrade.

O SR. LAÉRCIO SILAS ANDRADE – Srs. Vereadores presentes, DD. Subprefeito da Mooca e senhores do auditório, posso dizer que estou um tanto abismado com a aplicação de uma determinada zona, ZEIS, no Tatuapé, porque o Tatuapé todo mundo conhece. Sabe que lá não há imóvel que é classificado pelo Plano Diretor como aproveitáveis para aplicação da ZEIS, e, no entanto, já fizemos diversas reivindicações e até agora, não se viu movimentação alguma a respeito por parte da Prefeitura, dos técnicos municipais.

Inclusive, estive na semana retrasada no Instituto dos Advogados de São Paulo. Lá houve uma discussão. Pretendia-se fazer uma discussão sobre a aplicação e o desenvolvimento dessa Lei de Zoneamento. Ocorre que o representante da Prefeitura falou no

sentido da aplicação da lei, de não se verificar mais nenhuma modificação. Não vimos nada a esse respeito. Depois também falou um representante das construtoras, o Sr. Mário Lambert Júnior. Ele disse, sem qualquer constrangimento, ele falou declaradamente que esses terrenos serão entregues às construtoras para produto de mercado, ou seja, para edificação de prédios de 15 a 16 andares. Foram dados os exemplos dos bairros da Mooca, na Rua do Hipódromo e na Rua Guarapuava, onde estão projetadas unidades residenciais de um dormitório de 33 metros quadrados e unidades de dois dormitórios de 37 metros quadrados, Alguém pode imaginar uma unidade de dois dormitórios com 37 metros quadrados? O que vai caber lá? Será que cabe uma cozinha, uma geladeira, uma máquina de lavar ou qualquer coisa nesse sentido? Não vai caber nada. Então, o que a gente vê é que parece que a lei vem de cima para baixo, sem observar o que a população reclama. Estão inclusive infringindo o artigo 45, que fala da ZEIS 3, do Plano Diretor, que são áreas de ocorrência de imóveis ociosos, subutilizados ou não utilizados, encortiçados ou deteriorados, localizados em regiões dotadas de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana, com oferta de emprego, onde haja interesse público ou privado. Privado a gente sabe que há muito, interesse privado, principalmente das construtoras, em adquirir terrenos ali no Tatuapé a preço de banana. E não podemos concordar com isso.

Então precisamos agir a esse respeito. Estão aqui os representantes municipais. Deixei lá aos cuidados da mesa receptora um trabalho. Saúdo V.Exa., Vereador Gilson Barreto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Severino Patrício da Silva.

O SR. SEVERINO PATRÍCIO DA SILVA – Exmo. Vereador Gilson Barreto, Presidente desta; Vereadora Edir Sales, Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Paulo; Vereador Paulo Frange, Relator desta; Subprefeito Evandro; Diretor Distrital desta Casa, Parisi; senhoras e senhores, venho requerer a atenção dessa Mesa porque na cidade de São Paulo,

todos os bairros, as indústrias estão saindo da Capital e se deslocando para as cidades da região metropolitana, por falta de local para se instalarem.

Cada vez que mudam o Plano Diretor dificultam as instalações das indústrias trazendo desemprego para a região. E também dificuldade para as empresas se deslocarem para as cidades próximas. Por exemplo, a Av. Presidente Wilson passará por grandes mudanças.

Dando sequência, como o Vereador Paulo Frange citou, temos uma área ali próxima a São Caetano e venho requerer a essa Mesa que faça um estudo para que se mantenha aquela área como ZUPI 1. Isso possibilita manter as empresas naquela região, onde há aquele perímetro do Metrô, e a possibilidade de ter um zoneamento conforme o Plano Diretor de edificações, porém temos várias regiões que precisam ser estudadas, analisadas com o intuito de se manterem as indústrias na Capital de São Paulo.

Trabalho na área imobiliária focada no segmento industrial e de incorporações também. E uma coisa que estamos percebendo é que as indústrias estão saindo de São Paulo por falta de local para se estabelecerem.

Na Av. Henry Ford, especificamente no Viaduto Pacheco Chaves, não há acesso para São Caetano, em virtude da linha de trem não há ligação ao ABC. É uma área que precisa ser estudada para manter um ZUPI 1, levando-se em consideração que aquela região não terá edificação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Adelino Cardoso.

O SR. ADELINO CARDOSO – Boa noite. Gostaria de saber por que vocês escolheram essas áreas mais privilegiadas, quando em Aricanduva, Parque do Carmo e Cidade Líder têm milhões de terrenos vazios, não precisa desapropriar.

Aqui há áreas onde existem construções, vai ficar difícil para a Prefeitura pagar. Não tem condições de a Prefeitura desapropriar e pagar o pessoal, porque não há verba. Vão

tirar 30, 40 mil famílias que moram no local, não vão pagar e as pessoas vão morar aonde? Elas não têm para onde ir. Essas pessoas moram há 20, 30, 40 anos lá, serão desapropriadas e vão morar aonde, se não vão nem receber? Porque a Prefeitura não vai ter condições de pagar. Vejam a situação que o País está passando. Quer dizer, vai ser muito difícil.

Querem desapropriar quatro ou cinco quadras, a Mooca, quando no Parque do Carmo ou na Cidade Tiradentes há milhões de terrenos vazios. Acho que não é vantajoso para o pessoal construir lá. Não vai ser vendável, então?

Mas por que na Mooca, Pari, Tatuapé, essas zonas privilegiadas, e não lá? Se for para ajudar a população, teria de ser feito lá, porque aqui inclusive os imóveis vão sair mais caros do que lá. Quer dizer, vai dificultar para o pessoal comprar. Quem vai comprar esses imóveis aqui será a classe A, porque a B, C e D não vão ter condições. Por que não lá? Escolheram essa área para trazer mais gente para cá? O local não está suportando o pessoal que está aqui. Como vai trazer mais gente? Vão urbanizar a Cidade e como vai ser essa divisão se vem mais gente para cá? Já não suporta o que tem.

Vá ao Tatuapé e pegue o metrô, um ônibus. Não dá, principalmente de manhã. De que forma vão trazer mais gente? Vão colocar mais condução? Não. Tem de mudar para lá. Inclusive há na Avenida Anhaia Mello o furafila. Lá sim vai haver condução. Agora, aqui não tem condução. Quer dizer, estão fazendo coisas que não conseguimos entender em que ponto querem chegar. O que estão pensando? Desapropria o pessoal, ele fica na pior, porque não tem onde morar. É isso aí. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Wanda Herrero.

A SRA. WANDA HERRERO – Boa noite a todos. Agradeço a todo mundo pela presença. Em nome do Subprefeito Evando Reis, cumprimento a Mesa e os demais.

Minha fala está dentro da proposta A Consolidação de São Paulo que Realmente Queremos. Precisamos exigir, cobrar e, sobretudo, participar desse processo: Uma Cidade

para ser sua. A Lei de Zoneamento nº 272/2015 propõe a participação democrática nas categorias transformações, qualificação e preservação das leis que regulamentam a política urbana no Município.

Solicitamos a urgência da transformação do terreno da Cohab situado na rua Visconde de Parnaíba, 1.620, que há mais de 20 anos não foi efetuada uma obra para a sua qualificação. Precisa sair dessa contradição. Poderá ser construído um condomínio habitacional onde teria um bloco para uma vila de idosos e os demais para habitação. É uma área que se encontra a poucos metros do metrô Bresser-Moooca e do corredor de ônibus da Avenida Antônio Alcântara Machado. E irá equilibrar de forma ótima e diminuirá o déficit habitacional. É uma área subutilizada onde pode haver também a preservação da vizinhança.

Gostaria também que houvesse uma revitalização na área da Rua Visconde de Parnaíba entre a rua Dr. Almeida Lima e o metrô Bresser-Moooca. Essa região está muito carente, precisa de policiamento. Há duas tendas que estão desumanizando a área. É a área histórica da cidade de São Paulo, aonde vieram os imigrantes.

Então não é que queremos pôr preconceito nem nada, nós queremos atitudes, foco, para que esse tipo de terreno, que está há mais de 20 anos, vai lá, fica morador de rua, vai “drogueiro”, e etc. etc., e a gente liga para a Prefeitura. Eu tenho registrado, porque eu sou presidente do Conseg da área, mais de 50-60 solicitações. Quando não à Guarda Civil Metropolitana, eu ligo para o 153, porque está havendo fogo, fogueira ou roubo, etc. Fora o banheiro, que não temos no metrô, o que deixa uma sujeira ali naquele pedaço.

Agradeço à Mesa. Sucesso ao Subprefeito. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o nobre Vereador Souza Santos.

O SR. SOUZA SANTOS (PSD) – Presidente Gilson Barreto, senhoras e senhores, é muito importante que ouçamos vocês num momento tão importante da cidade de São Paulo, e que vocês venham se manifestar. A finalidade precípua do zoneamento é exatamente esse:

que vocês venham falar, que vocês venham se manifestar. Porque, se vocês não falarem, como o Relator Paulo Frange vai fazer o relatório? O que ele vai escrever; como ele vai se manifestar? Então é importante que vocês falem, se manifestem, coloquem para fora o sentimento de cada um de vocês. É bom que vocês falem mesmo o que está acontecendo. Bem que o senhor falou mesmo: como que a cidade se comportará a partir daqui? O que a Cidade será a partir desse momento? Eu tenho adotado o discurso daquilo que o Vereador Paulo Frange falou outro dia: que o zoneamento não pode ser o zoneamento que o Prefeito quer para ele, mas da cidade de São Paulo. E não pode atrapalhar a vida de vocês. O senhor bem colocou: como será a vida de vocês no bairro? A vida não pode ser atrapalhada. Eu quero melhorar a minha vida. Então é importante que vocês reivindicuem, se manifestem que a vida não pode piorar, e cada um tem que ter a sua vida melhorada – a vida dos filhos, dos netos. Então é importante que vocês se manifestem mesmo. Não pode ficar quieto. A Comissão veio ouvi-los. E é bom que vocês falem. Se vai atrapalhar, diga o que vai atrapalhar; se quer melhorar, diga no que quer melhorar. O ouvido da Câmara, o ouvido do Prefeito, está aqui. O plano está colocando, o zoneamento está colocado. E vocês? Vão falar? É isso que vocês querem? Está atrapalhando? Quer melhorar? Então o momento é esse. Vamos votar. O momento de vocês se manifestarem é esse.

Essas são as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Nicolina Edna Costa.

A SRA. NICOLINA EDNA COSTA – Eu gostaria de saber por que a Controlar do Tatuapé foi esquecida. Tem um terreno vazio lá, e eles querem derrubar umas três, quatro quadras, ou mais, sendo que a Controlar está desativada, ninguém mais lembrou que existe a Controlar lá. Por que não fazem casa lá? Lá tem a Celso Garcia, que tem ônibus para a cidade, para os bairros da zona Leste, então por que não fazer lá? A minha proposta é essa, só isso. Veja, está parado já há dois ou três anos. Acabou a Controlar, ninguém lembrou mais desse terreno, e um terreno enorme. Por favor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registrado. Tem a palavra o Sr. Wagner Land.

O SR. WAGNER LAND – Boa noite a todos. Gostei das palavras do nobre Vereador Souza Santos. Essa lei não é para atual administração, mas para a nossa cidade. Os administradores públicos passam, a lei fica.

Hoje, venho defender meus amigos moradores do Tatuapé, bairro em que eu nasci. Meu Nono, em 1913, com minha Nona, saiu de casa, na Itália, Província de Chieti, região de Abruzzo, ele com uma mala, minha Nona com outra, vieram parar naquele famoso navio no Porto de Santos. Foi trabalhar nas fazendas de café, juntou seu dinheirinho depois veio para o Tatuapé. Essas famílias aqui são descendentes de Italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e outros. E como pode a atual administração pública colocar ZEIS no Tatuapé, na Rua Visconde de Itaboraí, Loplatina, Av. Azevedo, Tijuco Preto com a Visconde de Itaboraí, na Rua Padre Stenio Penedo com a Rua Ary. Isso é um absurdo. Isso temos de rever. Gostaria de convidar a arquiteta Penha e os digníssimos Srs. Vereadores para um dia andarmos por lá, porque ZEIS 3 e ZEIS 5 têm de ser colocados onde tem cortiços, zonas não utilizadas e lá são residências, edifícios desses tradicionais moradores do Tatuapé. Como pode acontecer um negócio desses? Isso daí tem de ser tirado. Não podemos deixar essa atual administração querer implantar uma política bolivariana aqui em São Paulo.

Outro fator é a Av. Celso Garcia, sumiu. A Operação Urbana Celso Garcia, do plano anterior, sumiu. Não tem mais nada. Celso Garcia está abandonada. Onde está a Operação Urbana Celso Garcia? Eles querem implantar esse projeto pífilo, da SPTrans que vai ter várias demolições. Não vai sair do papel, porque com o que está acontecendo no Brasil não vem mais dinheiro para o atual prefeito, já foi suspenso também. Gostaria que os Srs. Vereadores pudesse implantar novamente a operação Celso Garcia que está precisando muito.

Agora, peço aos Srs. Vereadores, se os senhores votarem nessas ZEIS aqui, vamos ter problemas. Vamos tirar famílias tradicionais trabalhadoras do Tatuapé, da Mooca e

de outras regiões da nossa subprefeitura para colocar que tipo de famílias nesses lugares?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Francisco Soriano Neto.

O SR. FRANCISCO SORIANO NETO – Boa noite a todos. Bacana! Garantir moradia digna! Bonito isso! Legal. É muito legal. Só que tem um problema. Existem várias pessoas em meu bairro. Sou do Tatuapé, da Vila Azevedo, nasci na rua onde estou hoje, tenho 56 anos, temos um imóvel ali, aproximadamente 20 anos, que foi quando conseguimos comprar esse imóvel. Garantir moradia digna é muito legal. Acredito que para todos. Agora, o pessoal fala muito de periferia. Nesse plano eu ouvi muito isso. Trazer o pessoal da periferia. Tá. Então vou falar uma coisa para vocês. Estou no Tatuapé desde que o Tatuapé era periferia. Quando eu era pequeno, por volta dos quatro, o único local onde a gente podia tomar uma condução era na Av. Celso Garcia, para ir para o Centro, e digo, todos - os mais velhos que estão aqui sabem do que estou falando - todo mundo andava com um paninho no bolso, porque quando chegava na Celso Garcia que íamos tomar o ônibus, a gente pegava esse paninho, molhava na guia e limpava o sapato, porque a gente tinha vergonha de entrar no ônibus porque estava com o pé sujo. Então, garantir moradia digna. Vamos voltar nisso. As pessoas que vem para o Tatuapé nessa nova Lei de Zoneamento, devem estar muito felizes, bacana, muito bom. Agora, os que moram lá, as pessoas que por direito pagaram seus imóveis, pagam seus impostos, moram e sobrevivem ali. (Palmas)

A meu ver, não sou político, não sou ninguém. Sou um popular. Agora eu gostaria de entender qual é a mágica? Por que esse pessoal tem mais direito do que nós que já estamos ali? Não consegui entender isso até agora. Já tentei de todas as formas. Acabei de ouvir aqui que o Tatuapé cresceu, hoje é uma área mista, a renda per capita é altíssima. Só que o Tatuapé é um bairro muito grande e não é feito só de renda alta. É um bairro que cresceu por si só. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Quero registrar do Sr. Américo Kikuta,

Presidente do Instituto São Paulo de Ação Voluntária; Patrícia Saran, da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras e Márcia Nascimento, membro do Movimento Sem Terra Leste 1.

Com a palavra a nobre Vereadora Edir Sales, vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

A SRA. EDIR SALES – Primeiramente, gostaria de cumprimentar a todos os presentes, parabenizá-los pelo interesse, que é superimportante. É muito fácil falar: “Eu não quero assim, não quero assado, está tudo errado” e não vir aqui participar. Parabéns vocês que estão participando, que estão ouvindo, que estão falando. A franqueza em primeiro lugar. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, em nome de quem eu cumprimento todos os membros da Comissão, Vereador Presidente Gilson Barreto, parabenizar a Comissão de Política Urbana que tem desenvolvido um trabalho muito importante, como desenvolveu na época que nós votamos o Plano Diretor, a Comissão foi muito importante, fizemos muitas discussões, audiências e foram definidas muitas ações que vão ser complementadas agora na Lei de Zoneamento.

Quero cumprimentar o Superintendente Paris, sempre companheiro, sempre amigo, sempre nos recebendo de braços abertos aqui; cumprimentar a Penha, que fez um esclarecimento, uma palestra muito importante, ela que tem algumas coisas para complementar daqui a pouco sobre ZEIS, porque estou vendo que o assunto mais debatido aqui é ZEIS; cumprimentar o Evandro, que é o Vice-Presidente atuante, que está anotando tudo aqui, vamos cobrar tudo dele porque ele anotou item por item.

Quero dizer, gente, que quando nós votamos o Plano Diretor nós fizemos uma emenda exatamente para manter a ZPI, a Zona Predominantemente Industrial. Por quê? Porque na Vila Carioca, na Mooca, que é nossa vizinha, Tatuapé, Mooca, nós somos uma cidade só, porque nesses seis bairros que pertencem à Mooca nós temos 340 mil habitantes, é uma cidade grande e nessa Zona Predominantemente Industrial, que é na Vila Carioca, e na

continuação da Henry Ford, nós temos 150 empresas que compõe 10 mil funcionários, que sustentam 30 mil pessoas. Então nós fizemos uma emenda que ficou garantida no Plano Diretor que na Lei de Zoneamento vai continuar, inclusive foi incluso aqui no mapa, essa emenda foi aprovada, está nos mapas do zoneamento como área industrial. Também quero dizer que estamos aqui para ouvir a população sobre o zoneamento, que nós estamos hoje na 14ª audiência pública muito bem dirigida pelo Presidente e teremos até 40 mil audiências e participem mais, não somente hoje aqui. Hoje foi o começo para vocês. Participem Carrão, Aricanduva, Vila Prudente, que vai ter lá pelo dia 27. Quero dizer que também iremos tratar de questões muito importantes para regularização fundiária, para quem tem seu imóvel próprio que vai poder registrar e ter a matrícula do seu patrimônio. Então essas questões de habitação e de interesse social são muito importantes sim. E vamos respeitar também as regiões residenciais e as regiões industriais.

Eu não vou me alongar mais, porque quem tem que falar são vocês. Quero dizer que como moradora da região, vamos caminhar juntos e o que pudermos fazer junto com a Câmara, que tem desempenhado um trabalho muito importante, principalmente a Comissão, faremos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Vereadora.

Tem a palavra o Sr. Iran Cordeiro.

O SR. IRAN CORDEIRO – Boa noite, Exmo. Sr. Vereador Gilson Barreto, Presidente da Mesa, Exmo. Sr. Vereador Paulo Frange, Relator, demais membros componente da Mesa, demais presentes, boa noite.

Eu venho também fazer coro aos outros munícipes, falar da Vila Azevedo, no Tatuapé, sobre o absurdo que é a marcação de ZEIS numa região consolidada, numa região, como o Francisco falou, onde temos famílias muito antigas que compraram com o suor do seu trabalho, ninguém deu nada, porque naquela época o que acontecia foi o que aconteceu com o Nono do Wagner, as pessoas trabalhavam, as pessoas buscavam seus objetivos e

conseguiam. Tanto é que enquanto tivermos esse paternalismo que estamos que estão querendo colocar aqui esta Nação não vai a lugar nenhum. Esse é o primeiro ponto. (Palmas)

Nós temos lá a marcação de ZEIS 3 e ZEIS 5. Aqui está o caderninho da Prefeitura. Não estou inventando nada. ZEISs 3 são áreas com ocorrência de imóveis ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou deteriorados. ZEISs 5 são lotes ou conjunto de lotes preferencialmente vazios ou subutilizados, situados em áreas dotadas de serviços e equipamentos. Enfim, nessa região que nós estamos falando não existe lote vazio e não existe lote subutilizado. Lote subutilizado, pelo Plano Diretor, significa menos de 30% da área com edificação. Nós já fizemos esse levantamento. Não existe. Todos são utilizados. Não existe cortiço nessa região. Não há lote vazio. Todos são edificadas, com famílias e uma estrutura comercial que vem se montando ao longo dos anos, a exemplo um posto de gasolina que está há mais de 50 anos no bairro, naquela região, quando nós tínhamos ruas de terra ali, e hoje não temos mais, felizmente.

Então, pegando gancho do Vereador e do próprio relator, a Cidade real não é a do nosso Prefeito, que gosta de ler o *Le Monde*, jornal de Paris e jogar gamão. (Palmas) S.Exa. gosta de ir a Paris, a Amsterdã, e a todos esses lugares; e depois vem com ideias esdrúxulas, querendo colocar coisas, numa Cidade que não tem o perfil de Paris, não tem o perfil de Amsterdã e assim vai. Se S.Exa. gosta tanto de lá, mude para lá. (Palmas) Mas não nos atrapalhem aqui.

Srs. Vereadores, nós pedimos encarecidamente que V.Exas. analisem, com carinho, essa situação, porque é uma situação muito ruim para nós, moradores.

Eu sei que a Sra. Penha vai falar alguma coisa sobre ZEIS. Só vou pedir uma coisa: não subestime nossa inteligência. Nós não somos massa de manobra e não somos burros. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Sueli Freire.

A SRA. SUELI FREIRE – Boa noite Srs. Vereadores, Mesa e todos os presentes.

Na realidade, eu vim falar também da região do Tatuapé. Eu acho que vou até complementar. Quando eu soube que estavam implantando as zonas ZEIS, eu fui pessoalmente a cada clínica, a cada comércio e a cada serviço. São quatro quadras próximas a Sílvio Romero e mais um pedaço próximo ao Colégio Agostiniano. Então, eu pessoalmente fui a cada lugar fazer um levantamento. Na clínica, perguntei: “A quantas pessoas vocês atendem? Quantos médicos trabalham?” No comércio, perguntei: “Quantas pessoas entram nesse comércio?” Eu tenho dados concretos que realmente essa região emprega aproximadamente cinco mil pessoas. Então, como podem dizer que são lotes vazios e áreas deterioradas? Não há cabimento. Fiz todo um levantamento e lá atendem a mais de dez mil pessoas por dia. Então, como pode a SMDU implantar ali como ZEIS? Eu também trabalho na Prefeitura, na Subprefeitura da Vila Prudente. Quando pediram que nós indicássemos o que fazer com relação ao Plano Diretor, a gente pediu desenvolvimento e que aproximasse a residência do trabalho. Mas como? Levando o desenvolvimento às áreas que precisam. Então, por exemplo, hoje a Vila Prudente se separou da Sapopemba. Então, Sapopemba precisava do quê? Precisava de comércio, precisava que levasse o desenvolvimento. Então acho que nessa área do Tatuapé, que já existe muito comércio, serviço e indústria, infelizmente o Plano Diretor está na contramão, porque eles vão retirar uma série de equipamentos. Eles falam equipamentos, infraestrutura, somos nós, são as pessoas que estão ali, que começaram há mais de 20 anos e implantaram seus negócios. Então não acho direito hoje retirar. Eu acho muito boa as ZEIS, as ZEIS têm que ser implantadas, mas tem que saber onde ela vai ser implantada e acho que ali não é local adequado. (Palmas) Então quero pedir aos Vereadores justiça, é só isso. Se realmente houver justiça, foi a segunda regional que mais pediu para essa retirada e a SMDU não nos atendeu. Então é isso que quero pedir a vocês. Obrigada e espero contar com todos vocês.

Obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gostaria de ouvir uma mensagem da nobre Vereadora Juliana Cardoso, membro da Comissão.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa noite. Hoje estou vindo para acompanhar a Comissão. Nesses tempos estive de licença e aí não consegui acompanhar o período do recesso e agora tenho começado a acompanhar, em que pese a gente tenha trabalhado com a liderança do PT, que acompanha todas as audiências públicas e a gente, por conta do trabalho que foi desenvolvido por esta Comissão, mas com o Relator na ocasião, que foi o Vereador Nabil, a gente tem um legado de estar auxiliando.

Claro que o plano é um plano para que a gente se organize nesse momento para poder visualizar cada pedaço da cidade, para que a gente consiga visualizar o que tem de concreto e transformá-lo de uma forma que todas as pessoas sejam organizadas e acomodadas. Ninguém está aqui falando que vai passar em cima da cabeça de ninguém, como ouvi aqui. Até, me desculpa, frases e formas de colocar outras pessoas, em que pese ser de cortiço, mas elas são pessoas. (Palmas) E a Cidade tem que ser acomodada nesse sentido. Se há espaço para isso, então a gente precisa se adequar e se adaptar porque a cidade de São Paulo é para todo mundo, é para as pessoas que vivem aqui.

Eu só queria contribuir com isso porque, na verdade, a gente vem mais para ouvir, para poder logo em seguida, depois das mais de 40 audiências, que eu acho muito importantes essas audiências públicas serem feitas na cidade de São Paulo, como um todo, porque é daqui que a gente senta para poder visualizar, fazer a votação com os 55 Vereadores da Cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Só para informar, a Comissão é composta de sete Vereadores, um de cada partido.

Tem a palavra o Sr. Décio José de Lima.

O SR. DÉCIO JOSÉ DE LIMA – Boa noite a todos. Srs. Vereadores, Presidente Gilson Barreto, Vereador Paulo Frange, Relator, Vereador Souza Santos, da Comissão de

Política Urbana, demais componentes da Mesa, Vereadora Edir Sales, Vereador Reis, eu acompanho, tive a oportunidade de acompanhar as audiências públicas quando a prefeitura estava fazendo nas subprefeituras e tudo é um processo participativo. Eu acho que é subestimar a capacidade e a honradez dos Vereadores dizer que mudanças vão ser feitas e pessoas vão ser tiradas de qualquer maneira. Não é assim. A Cidade, nós estamos pensando uma lei que vai durar os próximos 14 anos, são 16 anos de lei. Então não é para hoje, nós precisamos pensar numa Cidade agora, precisamos pensar numa Cidade daqui a alguns anos. Como ela vai ser? Como nossos filhos vão ocupar? Meu cabelo já está branco, talvez não tenha muitos anos, mas meus filhos e meus netos estarão aí, então, como eles vão ocupar essa Cidade? Como vai ser o trabalho, a economia? Precisamos, então, pensar uma cidade para as pessoas e não as pessoas para a Cidade.

E uma das coisas que precisamos avaliar também – e eu gostaria de contribuir, depois vou até encaminhar ao Relator uma proposta que estamos discutindo e avaliando – é que vamos ter a discussão da Operação Urbana Mooca Vila Carioca, correto? Isso vai ser uma outra discussão que vai permear toda essa região aqui, mas eu quero lembrar da Avenida Henry Ford, a Dialópolis, a avenida Francisco Mesquita e, saindo, a Guarapiranga que fazem parte desse eixo, onde se tem saída de indústrias, galpões que estão ficando vazios e o que fazer com eles?

Áreas que foram contaminadas – a questão da Vila Carioca, que nós discutimos na CPI das Áreas Contaminadas – acho interessante que pensemos, afinal, tem áreas que, às vezes, servirão para moradia e que estão em terrenos contaminados. E o que fazer? Como é que vamos pensar. Então, depois vou apresentar, pelas mãos do Relator, uma proposta para que possamos discutir também. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Odete Maria de Oliveira, Movimento Sem Terra Leste 1.

A SRA. ODETE MARIA DE OLIVEIRA – Boa noite a todos. Faço parte de um

movimento de moradia e não gostei do que ouvi aqui. Fiquei muito triste com o Sr. Wagner, quando ele falou quais eram as pessoas que iriam morar...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ODETE MARIA DE OLIVEIRA – Só que as pessoas vão sair é porque alguma coisa tem a ser feito ali, para nós. Não vim aqui para brigar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, vou pedir um favor a vocês. Qualquer manifestação, no final da fala da Sra. Odete, se alguém quiser rir, aplaudir, o que for, peço para esperar, pois a fala dela está garantida. Por favor, continue.

A SRA. ODETE MARIA DE OLIVEIRA – Então o Sr. Wagner falou aqui que queria saber quais eram as pessoas que iriam morar ali. Somos nós. Por quê? Porque nós pobres, não temos ainda nosso teto como o senhor falou que sua família veio aqui, com a malinha, trabalhou e conseguiu, nós também fazemos isso. Não queremos invadir nada de ninguém.

Eu estava falando com uma moça ali fora e ela disse que tem um conceito de nós de invasores, bagunceiros e baderneiros. Nós não somos baderneiros. Não somos, viu Sr. Wagner? Nós estamos aqui para lutar um direito que também é nosso de estarmos também debaixo de um teto.

Nós moramos num lugar... podemos morar num lugar próximo à Cidade. Por que temos de morar só no fundão, próximo à Cidade Tiradentes, Guaianases, por quê?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ODETE MARIA DE OLIVEIRA – Mas vocês estão morando aqui no Centro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, por favor, precisamos garantir a palavra da Sra. Odete.

A SRA. ODETE MARIA DE OLIVEIRA – Baderneiros não somos nós não.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, sem manifestação. Está garantida a palavra da Sra. Odete.

A SRA. ODETE MARIA DE OLIVEIRA – Não estamos aqui fazendo bagunça alguma. Simplesmente viemos brigar e ouvir aquilo que os senhores estão falando.

Por que temos de morar no Fundão, em favela ou em cortiço? Por quê? Por que não podemos também morar na Mooca? Por que a Mooca é um lugar só de italianos? Por que os nordestinos não podem morar aqui? Com certeza, cada pessoa que trabalha na casa dos senhores é nordestina. Quem lava a roupa, faz a comida dos senhores somos nós. Não é? E os senhores não sabem viver sem nós. Não sabem. Não sabem nem lavar a própria roupa. Não sabem nem fazer a própria comida. Precisa de nós para que a fazemos.

- Manifestação na galeria.

A SRA. ODETE MARIA DE OLIVEIRA – Eu não estou falando besteira.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, por favor.

- Manifestação na galeria.

A SRA. ODETE MARIA DE OLIVEIRA – O senhor nos agrediu.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal. Pessoal, por favor. Faça seu pronunciamento.

A SRA. ODETE MARIA DE OLIVEIRA – O senhor nos agrediu. Viemos aqui dizer que estamos aqui para lutar pela ZEIS sim, elas vão ser nossa. A gente vai brigar mesmo por ela. Independentemente se os senhores vão querer ou não, vamos brigar por ela sim. E vamos lutar até o fim. O Movimento sem terra e sem teto vai brigar até o fim. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Julio Cesar Olivieri.

O SR. JULIO CESAR OLIVIERI – Boa noite a todos. A gente defende que a Lei de Zoneamento não deve zonear mais a Cidade. Por isso acho que a gente não tem de ficar discutindo. São Paulo tem de ser uma Cidade inclusiva. A gente não pode pensar que São

Paulo tem de ser uma Cidade de moradia. Sabemos que tem um déficit habitacional muito grande na cidade de São Paulo. É direito de vocês, como é da gente, poder conservar onde estamos. Ninguém é contra isso, mas temos de pensar o zoneamento em levar o serviço, o emprego, até onde as pessoas moram e não as pessoas até o emprego.

A respeito das ZEIS, já ouvimos falar, muita gente sabe muito, até tem um representante do Secovi aqui, a gente sabe disso, a gente sabe da especulação imobiliária. A gente sabe que na Avenida Roberto Marinho, quando fizeram o conjunto habitacional, muitos deles foram vendidos a 150 mil reais, como está acontecendo aqui em Heliópolis e tudo o mais.

O Poder Público tem de ter pulso firme em dar moradia e não propriedade. Os senhores têm de pensar em dar aluguel solidário. Quer implantar ZEIS? ZEIS com aluguel solidário, aí sim, eles vão pagar um aluguel e vai ser uma moradia onde eles podem continuar, *ad perpetuam*, dentro da família para evitar aqueles mil contratos de gaveta. Isso ocorreu em várias Cohabs. Quem passeia por qualquer Cohab, Itaquera, Sapopemba; isso sim, naquela época a Cidade era higienista, e a gente levou moradia à distância de São Paulo. Foi um absurdo criar Cohab Itaquera, porque tivemos de levar infraestrutura; Cohab Cidade Tiradentes... A Sapopemba era muito longe. Quem conheceu Sapopemba sabe, era muito longe.

Então São Paulo tem de ser pensada assim e o Poder Público, os Governos, nos três níveis, tem de dar a moradia, mas não a propriedade. Porque muita gente que quer a propriedade, é para venda. Sabemos de muitas pessoas que entram em várias filas. Então, São Paulo tem de ser pensada, na Lei de Zoneamento, em levar emprego onde já tem moradia e não o contrário: levar moradia onde estão os empregos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Tem a palavra o Subprefeito Evando Reis.

O SR. EVANDRO REIS - Gostaria de cumprimentar toda a Mesa, a Vereadora Edir Sales, os Vereadores Gilson Barreto, Paulo Frange, Souza Santos e Juliana Cardoso, a Sra.

Penha; Francisco Parisi, meu amigo, nosso parceiro e Superintendente desta Casa; todos os senhores presentes, autoridades, instituições, moradores e toda a comunidade da Mooca, do Brás, do Pari, do Belém, do Tatuapé e da Água Rasa. São 35,2 quilômetros quadrados de área e 350 mil habitantes, de acordo com o censo de 2010. Nós somos maiores em população do que 85% dos municípios do Brasil. Isso mostra a nossa responsabilidade de conduzir esses distritos e esses desafios apenas serão vencidos com o apoio de todos; o Poder Público, o Legislativo, a Comunidade, todo mundo junto. Então, aqui ninguém está para fazer nada arbitrariamente. Essa audiência pública é uma prova disso. É um ambiente totalmente democrático, onde todos podem estar participando. Felizmente hoje ainda há muita gente lá fora, que não conseguiu entrar. Os Vereadores da comissão vão propor uma nova sessão, num local próximo. Eu me proponho até ajudar a arrumar um local maior, para que todos possam ter oportunidade de participar. Eu saio daqui hoje muito satisfeito com a participação de todos os senhores e as senhoras, que deixaram os seus afazeres de lado para vir aqui sim discutir uma coisa importantíssima para a nossa região, a Lei do Zoneamento, a revisão do uso e ocupação do solo, que já vem seguindo uma série de audiências públicas. Essa é mais uma. Acontecerá outras mais. Esta é sim a oportunidade de todos se manifestarem. Eu particularmente gostei de todas as manifestações. Acho que elas devem sim ser ponderadas, porque, afinal de contas, nós estamos aqui para planejar o futuro da nossa região e da nossa Cidade para os próximos 16 anos. Há outras operações que serão discutidas ainda para os próximos 30 ou 40 anos. Então, é uma oportunidade sim de se manifestarem. Nós estamos aqui à inteira disposição. Sempre defendi essa linha, sempre recebi as sugestões para serem encaminhadas no momento oportuno. Essa é mais uma oportunidade de todos apresentarem as suas sugestões para a ponderação da comissão. Afinal de contas, estamos aqui com vários Vereadores, e os 55 Vereadores serão responsáveis pela votação na Câmara Municipal. Então, esse processo ainda passa por muita discussão, inclusive na Câmara Municipal, onde haverá outras oportunidades para se apresentarem as sugestões.

Nessa linha, eu estou totalmente à disposição de todos, para estar acompanhando, incentivando e recebendo os encaminhamentos e passando para os canais competentes, para que a gente tenha sim uma Cidade mais justa e uma Cidade onde todos possam conviver democraticamente, independentemente da classe social, de A a Z. A cidade de São Paulo é para todos. Então, eu parablenizo a todos pela participação, e espero que muitos dos encaminhamentos que foram colocados aqui sejam ponderados. Estou à disposição Boa noite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Valéria Rosa Waldelm, do Movimento Sem Terra Leste 1.

A SRA. VALÉRIA ROSA WALDELM – Boa noite a todos. Eu vim dar informações aos senhores. Eu, como mulher, hoje, entrei no movimento, porque eu não tenho condições de comprar uma casa. Então, hoje está sendo construído um apartamento, que vai ser entregue, no ano que vem. Está sendo construído por meio de autogestão, e eu trabalho nos finais de semana, pegando blocos e fazendo várias atividades.

O que eu vim pedir aqui? Projetos de hospitais nesse bairro, da Cidade Tiradentes e de UBSs na região, onde possam atender às demandas; e regularização de ruas. Essa foi uma luta até para construir esse empreendimento, porque existiam postes, ruas e energia, só que, na Prefeitura, não constatava nada disso. Também peço transporte público, empregos na região, coisa precária na região, evitando deslocamento das pessoas para o Centro da Cidade. Há muitos terrenos que dão para ser aproveitados, fazendo moradias, comércio e transporte público. É um bairro que realmente precisa ser valorizado. Eu tenho orgulho de entrar, nesse movimento, não tendo condições de poder comprar um imóvel, até porque eu ganho só apenas dois salários-mínimos, mas como esse projeto permite até dois salários-mínimos, eu trabalho nos finais de semana. Tenho orgulho disso, por ser mulher e trabalhar, pegando em blocos mesmo, terra, areia e fazendo estacas. (Palmas)

O que venho pedir aqui a V.Exas. é que regularizarem e valorizarem aquele bairro,

porque ele tem muitas atividades, porém há muitas terras que são em vão. Há muitas pessoas que moram dentro de prédios de CDHU e não são regularizados. Eles precisam ser regularizados, porque o que querem também é a regularização de documentos. Enfim, ninguém quer morar lá à toa, porque todo mundo pode pagar um valor simbólico do IPTU, de regularização, porque lá a situação é precária. Só para terem uma noção, a subprefeitura de lá não fica dentro de um parque como aqui na Mooca, que é muito bonito. Lá não, lá a subprefeitura fica dentro de um supermercado. É um espaço muito pequeno. Lá são necessários muitos projetos, muitos mesmo. Infelizmente é um bairro muito esquecido, mas deve ser valorizado, porque o espaço é imenso lá. Falo também de projetos de Poupa Tempo, onde só há na Sé e em Itaquera. Não temos outros tipos de serviços. Pessoas têm que se deslocar para um lugar muito longe, para fazer qualquer tipo de serviço.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Francisco Parisi, Superintendente da Associação Comercial, que nos cedeu o espaço nesta Casa. Somos muito gratos por isso.

O SR. FRANCISCO PARISI – Boa noite a todos. Inicialmente, quero cumprimentar e saudar o nobre Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e a nobre Vereadora Edir Sales, Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Paulo e nossa amiga. Em seu nome, cumprimento todos os demais Vereadores que estão conosco. Também cumprimento o nosso Subprefeito da Mooca, o atuante Subprefeito da Mooca, ele que participa de todas as atividades da nossa região e está sempre conosco. Queria saudar o 1º Vice-Presidente desta Casa, da Associação Comercial de São Paulo, o arquiteto Luiz Carlos Castan juntamente com o Júlio e a Alzira, membros da Comissão de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo e em seu nome saudar os demais dirigentes de entidades que estão conosco.

Vereador, hoje, estamos discutindo assuntos que revelam que este é um verdadeiro

exercício de cidadania. Esta Casa que tem como objetivo apoiar o empreendedorismo, defender a livre iniciativa, estamos aqui com moradores, trabalhadores e também com muitos empresários que se instalaram em nossa região, trabalham muito, criaram suas famílias, são tradicionais na região. Temos empresas centenárias e famílias tradicionais. Este bairro é muito querido por isso, ele é acolhedor, mas temos limites também e necessidades.

Temos necessidade de área verde, de preservar nosso parque industrial, manter empregos, manter moradores que trabalham nessas empresas. Para citar um exemplo, Vereador, temos uma indústria que processa mensalmente 60 mil toneladas de aço. Então, imaginem, deslocarmos uma indústria desse tamanho desta região. Quantos empregos deixariam de existir? Quantas áreas vazias teriam na nossa região?

Então, aqui é a casa de discussão, é a casa do empreendedorismo. Lá na política, nós defendemos acima de tudo a livre iniciativa, apoiamos os moradores, a comunidade e por isso abrimos as portas para esta discussão. Sabemos que o espaço não seria suficiente, mas esperamos ter acolhidos a todos da melhor forma possível.

Precisamos de área verde e preservação do patrimônio histórico. Como falei, somos famílias tradicionais. Eu mesmo nasci no bairro e temos uma história muito grande que nasceu junto com a cidade de São Paulo. Nosso bairro completa neste mês 459 anos. Temos festejos ocorrendo durante todo este mês com o envolvimento de toda a comunidade. Damo-nos bem com todos os bairros vizinhos e somos atuantes.

Então, eu peço que os senhores olhem com muito carinho e atenção no que já conquistamos. O mooquense tem uma verdadeira paixão pela região. A gente acolhe todos que possam vir, mas queremos que o que já está realizado seja simplesmente aprimorado e melhorado. (Palmas).

Talvez, muita gente a mais em nossa região vá provocar mais trânsito. Somos muitos próximos do Centro e talvez por isso todos querem o bairro da Mooca, mas também temos gargalos. Se todo mundo vir a esta região, como vamos sair e nos deslocar?

Então, peço que vocês olhem com muita atenção para a nossa região.

Era o que eu queria falar. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A última inscrita é Elenice dos Santos, do Movimento Sem Terra – Leste 1.

A SRA. ELENICE DOS SANTOS – Boa noite a todos. Venho representando o Movimento Sem Terra – Leste 1 e gostaria de dizer que não somos baderneiros, somos trabalhadores e lutadores.

Não sabemos como chega ao ouvido de vocês o que é o Movimento Sem Terra. Desde já convido qualquer um de vocês que queiram comparecer na nossa reunião de coordenação. Vocês estão convidados. Vocês podem me encontrar que eu dou endereço e telefone, vocês podem ir lá e conhecer um pouco do nosso movimento, as informações que foram chegando errada para vocês. Vocês vão poder chegar aqui e falar para a gente sem fazer com que nós sejamos os excluídos porque, se nós viemos aqui para o Centro, não foi porque queremos vir para a Mooca ou Tatuapé. Eu cresci na Penha, mas pela minha situação, tive de morar bem mais longe, fui empurrada porque onde eu moro, na Cidade Tiradentes, quem conhece lá sabe que lá não tem empresa, ninguém quer investir lá. O que acontece?

Nós trabalhadores temos de vir para o Centro, duas horas para ir, duas horas para voltar, sem falar das doze horas de trabalho, então, é isso que tenho para dizer para vocês. Não pensem mal do movimento, vão conhecer primeiro o movimento para vocês saberem quem somos, aí sim, eu vou poder concordar com vocês ou não. Ninguém quer tomar o lugar de ninguém, nós só queremos o que é nosso por direito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Dra. Penha para as suas considerações finais.

A SRA. PENHA – Só gostaria de fazer um esclarecimento. Primeiro de tudo o que foi levantado aqui é que parece que existe só um problema, uma reivindicação que é a ZEIS 3

do Tatuapé. Por um lado fico contente de saber que só existe esse problema dentro de todo o zoneamento que foi proposto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Você que pensa.

A SRA. PENHA – Foi a única coisa que se falou aqui. A ZEU, Zona de Estruturação Urbana; as ZEIS, Zona Especial de Interesse Social e a ZEPAM, Zona Especial de Preservação Ambiental, essas zonas vieram do Plano Diretor. Elas já são leis e já foram aprovadas. O que a revisão do zoneamento fez por princípio é não modificar nada do Plano Diretor. Eu mesmo queria mudar algumas coisas pontuais do Plano Diretor, como técnica, como vi algumas coisas, mas não foi possível. Nós respeitamos o Plano Diretor, era um princípio e isso não foi mudado.

Então, nós dentro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano não mudamos nada do Plano Diretor. Só os Vereadores são as pessoas que poderiam mudar o que eles aprovaram. Nós entendíamos isso, por isso não foi mudada nenhuma dessas zonas.

As ZEIS só tem obrigatoriedade de implantar habitação de interesse social se tiver um lote maior e, se você for mudar, demolir e for construir novamente. Então, elas estão asseguradas, os seus lotes estão assegurados, não há mudança nisso. Não há desapropriação em ZEIS. Eu não sei quem propagou isso, não existe isso, o que existe é, se existir o interesse do incorporador em comprar uma grande área para fazer um empreendimento, ele tem que... vocês têm de querer vender. Vocês têm de querer vender para o empreendedor poder fazer.

A última coisa que eu acho, que está bem claro, é que realmente numa Cidade grande como essa existe conflito de interesses. Existem aqueles que têm habitação de interesse social perto do Centro, existem aqueles que querem que a habitação venha, sim, perto de outros usos, e existem aqueles que não querem. É um conflito legítimo em uma cidade como esta.

Era isso que gostaria de falar.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Antes de passar a palavra ao Sr. Relator, farei algumas considerações.

Conheço muito bem o movimento popular. É um movimento sério que apoio e sempre apoiei. A realidade de moradia na cidade de São Paulo é precária. Hoje, não temos só 120 mil pessoas precisando de casa; são mais de 500 mil. Quando visitamos os bairros, nos deparamos com pessoas morando em um “três por três”, em cima de um córrego. De dia, essas pessoas têm de tirar a cama para colocar o fogão. À noite, tiram o fogão e colocam a cama. Os projetos de habitação têm o seu desenvolvimento muito devagar. O Governo, no geral, é uma tristeza, não atende a demanda da cidade de São Paulo. É Minha Casa, Minha Vida; é Governo Estadual; é Governo Municipal, cada um dando uma parte e conversam e desconversam e nada se resolve.

Terra, para moradia, não falta. No Plano Diretor foi garantida terra para os movimentos, na ZEIS-I. Hoje, temos 200 quilômetros de área para a moradia popular - 13% de todo território da cidade de São Paulo. Esse projeto veio para a Câmara e o que precisar mudar, mudaremos, com a anuência dos Srs. Vereadores. (Palmas)

Hoje, pela manhã, passei pelo bairro do Tatuapé para dar uma olhada. Inclusive, fiquei sabendo que as pessoas vinham para cá. Já conheço os locais que necessitam de moradia popular. Em alguns locais, houve um certo engano quando da elaboração do Plano Diretor. Para ser ZEIS precisa ter mais de 500 metros quadrados. Noventa por cento dos lotes, no Tatuapé, não passam de 150 metros quadrados. Setenta por cento, aproximadamente, são moradores. Os outros, pequenos comércios que as pessoas aproveitaram quando daquela crise econômica, que o Governo incentivou essas pessoas a utilizarem suas garagens para comércio informal. Essa é uma das áreas que demonstra a realidade de nossa Cidade.

Então, dizer que amanhã essa área será transformada em área de habitação popular, para o movimento popular, é um grande engano, porque não será. Não há como essas pessoas venderem seus imóveis para transformá-los em habitação popular. No bairro ali,

existem áreas desocupadas que a Prefeitura, que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, na hora, não se ateuve a essa questão de pegar essa área e passar. Então, eu acho que dá para acomodar todo mundo, tem espaço para todo mundo.

Eu quero dizer a todos os senhores, aos movimentos populares, aos empresários e a qualquer pessoa que achou que não saiu hoje a contento e quiser procurar a Comissão, a mim e ao Relator para propor mudanças e para verificar, não há constrangimento nenhum, porque, primeiramente, para tratar do assunto, já está cadastrado, a pessoa já tem um protocolo. Aqui não vai ter nada às escondidas no plano, é tudo jogo aberto. Queremos aprovar em primeira discussão não o original, para depois modificá-lo. O sentimento dos Vereadores é fazer as mudanças que for preciso; se precisar mudar, vai ser mudado. Claro, sempre respeitando o Executivo em todo o seu trabalho. A Prefeitura tem um dos melhores corpos técnicos deste país. Agora, essa sensibilidade política talvez não esteja sendo transmitida porque eles não têm condições de ir a todas as regiões; eles trabalham talvez com os mapas e com informações. Então, talvez não tenha tido tempo e engano houve, mas isso será consertado; não há dúvidas.

Não tenho nenhum constrangimento se amanhã algum empresário vier procurar um de nós para defender um quarteirão industrial. Estamos prontos. Todos nós, Vereadores da Comissão, somos pessoas experientes, vividas e temos perspicácia das coisas. Se não fosse assim, não seríamos Vereadores, não teríamos conquistado votos de ninguém e não estaríamos na Câmara Municipal.

Temos um respeito muito grande por todos. Vamos avaliar. Para os movimentos populares, estamos inclusive atrás de áreas; se tiver que ser de 200 quilômetros, será de 220 quilômetros, porque tem terra para isso que está servindo de cesto de lixo e nós precisamos transformá-las. Que sejam, então, transformadas em habitação, em prédios de cinco andares para as pessoas que vão morar. Há muita área sem precisar desalojar alguém de um determinado local. Essas incoerências nós vamos consertar, sim. Eu tenho certeza de que

todos os Vereadores que estão aqui vão defender isso, principalmente os da Comissão. É isso que eu queria dizer a vocês.

Não se preocupem se talvez alguém se alterou um pouquinho, se falou um pouquinho alto, isso faz parte do processo.

Vou passar a palavra ao nobre Vereador Paulo Frange, Relator, para ele fazer algumas considerações. Em seguida, retomo a palavra para fazermos o encerramos.

Tem a palavra o Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Presidente.

A Lei de Zoneamento que está na Câmara cumpre exatamente com o Plano Diretor Estratégico. Com relação à habitação, não podemos nos esquecer de que a ONU-Habitat, uma entidade internacional com sede nos Estados Unidos, premiou o Plano Diretor da Cidade de São Paulo no ano passado nos Estados Unidos, dando o prêmio principalmente pela característica implementada quanto aos destinos de áreas para Habitação de Interesse Social no Município de São Paulo. É um reconhecimento internacional de uma atividade do nosso Plano Diretor Estratégico.

Vivemos um momento de muito pessimismo, mas precisamos contar um pouco do que está sendo feito. Esse Plano Diretor foi premiado internacionalmente por uma entidade da maior relevância no segmento da habitação no mundo, para não dizer a maior, já que é da ONU. Além disso, ontem, a Lei de Zoneamento foi apresentada por Daniel Montandon, Diretor Técnico do Departamento de Uso e Ocupação do Solo, junto conosco e por mais dois Vereadores, Ricardo Young e Natalini. Portanto, a Câmara também esteve no 6º Congresso Internacional Sobre Construção Verde. É a primeira vez na história dos congressos que houve uma manhã dedicada a entender uma Lei de Zoneamento.

Do ponto de vista ambiental, quais são os ganhos? Não discutimos hoje, pois não houve tempo para isso, a cota ambiental, os lotes ambientalmente corretos e a forma como vai ser tratado o meio ambiente daqui para frente do ponto de vista de construção em lotes acima

de 500 metros quadrados onde há reforma com ampliação. É a primeira vez que há uma discussão dessas num congresso internacional dessa natureza, o que foi muito bem visto e com grande colaboração inclusive para o texto dessa discussão da cota ambiental.

Quero falar rapidamente para o Júlio César, que fez uma manifestação muito interessante em relação à Cidade inclusive e a situação do aluguel solidário. É uma situação muito importante. Estamos fazendo um estudo para que possamos apresentar também ao Prefeito. É preciso, no entanto, entender o seguinte: não é da nossa cabeça, já funciona assim na Catalunha, em Madri. Quando jovens, as pessoas, quando casam, acabam por entrar na dívida de um apartamento por 30 anos. Elas fazem uma dívida dessas e vão morar, por exemplo, em Cidade Tiradentes, onde trabalham. Só que a mãe da moça mora em Pirituba e não há quem fique com a criança, pois não há creche. A partir disso, um dia o rapaz encontra um emprego do outro lado da Cidade e fica viajando o tempo todo de lá para cá, com a família morando longe. Isso aconteceu na Europa há muitos anos atrás. Lá chegaram à conclusão de que não se pode pegar um jovem, ainda imaturo e oferecer para ele um financiamento para ele ficar dependurado num imóvel, numa propriedade cuja conta ele terá que pagar por 30 anos, já que não há como trocar por outro. Um dia, lá na frente, depois dos 50 anos, ele acaba mudando para outro.

O que faz a classe média e as pessoas que têm mais posses? A grande maioria - e foi assim que comecei minha vida aqui em São Paulo como médico - aluga um apartamento. Observei primeiramente onde era melhor de trabalhar e depois fui morar perto do hospital no qual fui diretor. Montei minha clínica bem ao lado. Eu mesmo fiz a minha vida porque podia pagar e, depois de casado, comprei um imóvel, pois já estava estabelecido.

A situação do aluguel é uma discussão muito interessante. Não é dar dinheiro para alguém alugar alguma coisa. Não. É o Poder Público construir, como foram construídos em Madri, em parceria público-privada, imóveis que depois foram oferecidos aos jovens, ou para quem quisesse, que ainda não estavam com a vida decidida, dentro de uma classificação

social acompanhada. A partir disso, as pessoas moram por seis meses, um ano, um ano e meio, dois anos. Decidida a vida, não há nada melhor no mundo do que um casal de qualquer idade morar perto dos pais ou da família, porque não há quem cuide da criança quando ela fica doente e, se os pais começam a faltar no emprego, perdem esse emprego. É assim a vida e é assim que aconteceu em Madri.

Aqui no Brasil, a mesma situação. O maior erro da América foi a construção do conjunto de Cidade Tiradentes pelo BNH, pelo Sistema Financeiro de Habitação, colocando as pessoas bem longe da Cidade, sem ninguém ter perguntado como ia chegar lá o emprego, o transporte ou nada. A mesma situação aconteceu nos Estados Unidos em 1972, Saint Louis: encaixotaram dez mil pessoas bem longe da cidade, mas tiveram a coragem de oferecer-lhes outra condição de moradia e dinamitaram todo o conjunto, transformando-o em parque e corrigindo um erro histórico daquela região.

Aqui não temos como fazer isso, mas conseguimos levar o Hospital Cidade Tiradentes; conseguimos levar tudo para lá. Países que já cometeram erros como o nossos tinham dinheiro e conseguiram corrigir o erro. Nós não temos, mas conseguimos levar muita coisa para lá.

A Valéria falou sobre o mutirão e do que está sendo feito lá. Para ela, uma notícia muito boa: a primeira audiência pública que fizemos foi na Cidade Tiradentes. Essa notícia é muito boa. Os Vereadores Souza Santos e Juliana estavam conosco; todos os que estão aqui compareceram. Grande parte do território de Cidade Tiradentes deixou de ser irregular, deixou de ser conjunto habitacional, porque agora receberam a titularidade. Não são mais ZEIS com prédios construídos em cima. A regulação fundiária aconteceu e agora se chama Zona Mista de Interesse Social. Portanto, todo comércio que lá instalado está, passará, a partir da aprovação dessa lei, a ser regular; o bar, a lavanderia, a farmácia, tudo isso. Dez por cento de todo o território das áreas chamadas invadidas, ZEIS 1 e os conjuntos habitacionais que não tinham regularização fundiária receberam isso. Do José Bonifácio, o maior conjunto

habitacional que temos, 100% está como Zona Mista de Interesse Social. Ao lado de Tiradentes, Zona Mista de Interesse Social Ambiental, porque a área era de preservação ambiental. Esse foi o maior ganho que demos a essa população, que esperou anos e anos para que fosse regularizada a sua área.

É muito importante fazer essa manifestação, Presidente Gilson, porque estamos caminhando. Não tínhamos isso, aconteceu agora e vamos votar agora. Dos quase 150 quilômetros quadrados dessas áreas de São Paulo, 10% já estão regularizados e estão dentro do programa de regularização fundiária. É um negócio muito importante relembrarmos esse assunto.

Em relação à discussão das ZEIS 5 no Tatuapé, aqueles três bairros, vimos o mapa que nos foi apresentado pelo Vereador Gilson Barreto e por várias outras pessoas, além da imprensa, como a TV Bandeirantes, que fez uma matéria lá e nos entrevistou. A resposta que dei na TV é a mesma que vou dar aqui, pois não houve mudança de conceito do dia para a noite, vamos sendo convencidos ou não. Como muito bem expôs a Penha, o Governo não mandou para a Câmara o projeto completamente desconfigurado, mandou como estava aprovado. Agora a Lei de Zoneamento trata lote por lote. Lembram quando começamos a discutir há dois meses? Agora sim vamos olhar bairro por bairro, lote por lote. Tenho por mim que os três lotes de ZEIS 5 que estão demarcados lá estão equivocados. Não estou dizendo que estão errados, mas ter que entender com o Governo do porquê da demarcação e o que podemos fazer para tratar esse assunto. Vamos chegar lá e tirar. Não tiramos isso na mão porque temos terras reservadas para as pessoas; o que for tirado de lugar, vamos buscar um lugar outro para indicar.

Adorei que alguém aqui observou o fato de o lote da Controlar não ter sido escolhido. Muito boa a observação. Até respondendo a outro moço que também falou muito bem em relação ao terreno vazio, o artigo 94 do Plano Diretor Estratégico deixou que: “Ficam excluídos das categorias de não edificados ou subutilizados os imóveis que: I - abriguem

atividades que não necessitem de edificação para suas finalidades, com exceção de estacionamentos”, que são terrenos vazios com uma guarita e com alguém cobrando dez reais para entrar o tempo todo. Vendo isso, o Município pegou grande parte desses estacionamentos e colocou como ZEIS 3, terrenos subutilizado, não reconhecendo a atividade de estacionamento, já que grande parte nem paga imposto nem existe; o camarada põe o carro lá dentro e só leva um papel sem número.

Pode-se dizer que é uma maldade. Não. Isso foi um bom recado. Esta semana, fizemos uma reunião com o Sindicato dos Estacionamentos, o Sindepark, que esteve na Câmara, e eles vão levantar tudo que tem de certo e o que não tem certo. Vamos até o Governo, conversar com o Governo, para poder identificar. A grande parte desses estacionamentos está em áreas muito bem estruturadas e com transporte público, inclusive, por perto. Ou alguma atividade importante ali perto, por isso foi demarcada como ZEIS 3. Então tudo tem uma razão de ser, só não podemos acreditar que o jaboti sobe em poste, porque quando está em cima do poste alguém pôs. Temos de acreditar que as coisas têm conceitos.

Portanto, uma ZEIS 3 que está demarcada num terreno vazio, seguramente deve ser uma área onde as empresas compraram algumas casinhas, derrubaram as casinhas, deixaram tudo vazio para que ninguém use indevidamente, use crack, etc., coloque uma guarita e comece a cobrar estacionamento. Essa área foi entendida pelo Governo como subutilizada. Agora, na Lei de Zoneamento – como o Vereador Gilson falou – vamos fazer na Cidade inteira. Todos vocês vão falar e vamos procurar. Não imaginem que vamos sacudir o mapa das ZEIS e tirar tudo. Não. Mas uma ou outra com certeza deve ter e a situação pode ser contemplada.

Outra questão falada aqui - muito interessante - é com relação às zonas predominantemente industriais, as ZPIs. Temos 2,44% da Cidade demarcada em zona predominantemente industrial. O Município de São Paulo não tem nada a fazer para as indústrias da Cidade ficarem aqui. Nós demarcamos e aprovamos na lei de incentivos da zona

Leste 14 regiões, inclusive, São Mateus, Itaquera, onde demos incentivos fiscais para as pessoas instalarem atividades de comércio, para gerar empregos. Foi concedida isenção de ISS da construção, isenção do ITBI na compra do terreno e isenção do IPTU. Para atividade comercial até vai, mas o ICMS não é conosco. É com o Estado.

O Estado de São Paulo não dá incentivo fiscal para a indústria ficar no Estado. E o pessoal vai migrando para os estados ao lado. Alguém pode perguntar sobre o tamanho da ZPI que está em Itaquera, ao lado do Parque do Carmo. Sim, ficou demarcado lá, aquilo é um charmariz que o Governo deixou, com a infraestrutura da Jacu Pêssego passando no meio, aeroporto em cima, o porto lá em baixo, quase que interligado. Aquilo é uma isca para chamar a indústria farmacêutica de Guarulhos para se instalar ali, porque hoje no Brasil produzimos remédio em Anápolis, Goiás e Guarulhos. E eles querem sair de lá e nós os queremos aqui.

Então é por isso que a ZPI está demarcada lá. Temos muitas áreas demarcadas de ZPI e que vão perder talvez, no mapa, a característica de ZPI para outra atividade, Vereadora, porque a ZPI está delimitada, demarcada e quando fomos visitar - estivemos agora na Anchieta – a indústria está desativada há 30, 20 anos e o galpão está lá vazio. Essa área será tratada também com o cuidado de um a um, mas esse é um assunto nosso, da Câmara. A Prefeitura fez o trabalho dela, onde já estavam as indústrias deixou, só que o pessoal foi deixando e temos muitos galpões vazios. Como disse o Décio agora há pouco, em algumas áreas há galpões de indústrias que já foram embora ou estão saindo da Cidade. Essa é outra situação que vamos tratar também com muito cuidado.

Outra situação interessante que foi falada, com relação a essas edificações. Havendo reserva de terra nós temos três níveis de Governo que podem trabalhar agora. O Municipal com a Cohab; o Estado com a CDHU e o Programa Minha Casa Minha Vida. Quando as pessoas constroem prédios, não criminalizem a atividade construtiva dos prédios, a indústria da construção. Quando o camarada constrói um prédio alto, ele pagou outorga onerosa. Esse dinheiro é sagrado. Ele cai dentro de um Fundo chamado Fundo Municipal do Desenvolvimento

Urbano. Um terço do dinheiro vai para a mobilidade urbana; um terço para fazer a infraestrutura e um terço vai preferencialmente construir nas ZEIS 3, ou comprar terreno em ZEIS 3. Como já falado aqui, muitos desses terrenos têm de ser comprados.

Vamos tratar esse assunto com toda responsabilidade, podem ter segurança. A Câmara tem a Comissão de Política Urbana, cada um dos sete Vereadores que ocupa seu lugar lá não é por indicação a dedo. É uma proporcionalidade, os sete maiores partidos da Câmara e depois temos de passar isso por um primeiro relatório no final de outubro. E depois vamos de novo passar tudo isso a limpo na Cidade, mostrar tudo de novo nas audiências públicas devolutivas. E aí só lá para dezembro vamos votar.

Alguém diz assim: vamos discutir isso mais um ano. É um perigo, já aconteceu isso antes. O pessoal vai protocolando todos os terrenos vazios e quando aprova o Plano Diretor não tem mais nada para fazer. Pensando nisso há um artigo no Plano Diretor – a Penha conhece isso melhor do que nós – muito claro: quem protocolar projeto de caixinha, daqueles que vêm prontos e depois da lei pedir para mudar com mais de 5% da área, perdeu o direito ao protocolo.

É um jeitinho que tivemos de arrumar outro jeitinho para segurar o jeitinho do brasileiro. Vocês conhecem bem. É assim que funciona, mas está escrito, quem protocolar apenas para tentar segurar alguma coisa dessa forma, fazer uma malandragenzinha, não é erro, é uma forma de usar. É uma brecha que a lei deixa e nós deixamos também a porta fechada do outro lado para que isso não aconteça, senão não temos condição de planejar mais a Cidade.

É só isso. Espero corresponder à expectativa de vocês lá. A Câmara Municipal espera muito dessas audiências públicas. Podem ter certeza que saímos daqui hoje muito maiores do que entramos. Saímos daqui bem melhor do que chegamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sábado vamos para São Miguel Paulista,

das 9h30 às 12h30, na Rua Clarear, 643, Jardim São Carlos, no CEU Parque São Carlos.

À tarde, das 14h às 17h, vamos para Itaim Paulista, Rua Daniel Muller, 347, Chácara Dona Olívia, CEU Parque Veredas.

Na próxima segunda-feira trabalharemos com a temática quatro, sobre zonas relacionadas à questão de adensamento e da diversificação de atividades, Zona de Eixo Estrutural da Transformação Urbana, ZEUP e ZEUPA; Zona de Estruturação da Transformação Metropolitana; ZEMP; Zonas de Centralidades, ZC e ZCA e Zonas Mistas, ZM e ZMA.

Estão todos convidados, quem quiser falar, principalmente o pessoal ligado à indústria. É bom ir para se posicionar. É geral. É sobre a cidade de São Paulo e não apenas de uma região.

Não temos pressa. Poderíamos ter feito cinco ou oito audiências públicas, por em discussão e votar. Não. Marcamos 46 audiências públicas, se necessário for marcaremos mais para dissecar todo o assunto e quando for ao plenário já tenha um consenso em relação a essas questões.

Nada mais havendo a tratar encerro a presente audiência pública ao PL 272/2015.